

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
– ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REPRESENTANTE: BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO Nº. 26.962/2022

PREGÃO Nº. 39/2022

BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.814.330/0001-50, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, Andar 8, Torre 1 – Edifício Tamboré, CEP 06.460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fundamento no §1º e §3º, do art. 41 da Lei 8.666/93, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1- DA TEMPESTIVIDADE

A data de início para abertura das propostas está prevista para o dia 07/12/2022.

As impugnações podem ser apresentadas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento da proposta, nos termos do item 25.1 do edital.

Deste modo, a presente representação da Impugnação ao Edital, nesta data 01/12/2022, é tempestiva.

2- DA EXIGÊNCIA DE INSTALAÇÃO

O edital em questão tem como objeto ***“Contratação de empresa especializada para fornecimento, emissão e entrega de Cartões Alimentação de Natal, na forma de Cartões Eletrônicos (cartão magnético com Chip), bem como disponibilização dos respectivos valores de carga ou créditos de forma automática (on-line), para atender as necessidades dos órgãos da administração municipal, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.”***

Tem-se, portanto, que o objeto contratual tem como escopo o fornecimento de cartões para serem fornecidos, única e exclusivamente, na época natalina, não se estendendo ao restante do ano.

Contudo, referido edital contém cláusula exige a instalação de estrutura física no estado do Rio de Janeiro, transcrevo:

“14.12. Comprovar instalações da Contratada na região metropolitana ou Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com estrutura para atender aos prazos e condições previstas neste Termo de Referência ou viabilizar o atendimento remoto por meio de vídeo conferência, consulta por telefone e por e-mail, com suporte 24 horas.”

Não motivos para a Prefeitura de Nova Friburgo exigir instalação física no Rio de Janeiro, já que o contrato é de curta duração, como prevê seu próprio objeto. Essa exigência será cumprida apenas pelas grandes empresas, em contrariedade com o que dispõe o art. 3º, §1º, I da Lei nº. 8.666/93.

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;”

Além disso, estabelecer esse critério foge do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, que também devem ser observados pela Administração Pública, visto que o contrato se restringe a um curto período de tempo, qual seja, a época natalina, como se extrai do próprio objeto do edital convocatório.

Outrossim, o próprio item em questão prevê que o atendimento a que se destina a instalação pode ser feito de forma remota por meio de vídeo conferência. Ora, se o atendimento poderá ser feito por vídeo conferência, não há necessidade de se exigir instalações com estrutura física na região da licitação.

Exigir instalação física para um contrato de curta duração viola o que dispõe o art. 3º da Lei nº. 8.666/93, no que tange a promoção do desenvolvimento sustentável e da igualdade, já que essa exigência seria possível ser cumprida apenas pelas grandes empresas do mercado de vale-alimentação, mantendo o monopólio que já existe.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Portanto, deve ser suprimido o item 14.12 do Termo de Referência, visto que a exigência foge completamente do objeto contratual, que se restringe a curto espaço de tempo, tornando a exigência desproporcional e irrazoável.

5- DO PEDIDO

Finalmente, requer seja recebida a presente impugnação ao edital para julgar totalmente procedente os itens impugnados, suspendendo liminarmente a licitação marcada para o próximo dia 07/12/2022, para a revisão e exclusão dos itens impugnados, pois é clara a afronta à lei de regência e princípios que regem as contratações públicas.



Barueri/SP, 02 de dezembro de 2022.

BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA
CNPJ nº 16.814.330/0001-50

 •
atendimento@bkbank.com.br •
www.bkbank.com.br •
0800 901 0203 •

